

Tornando-se árabe e branco no Brasil de Oracy Nogueira

John Tofik Karam¹

Resumo: Este ensaio indaga sobre como os imigrantes do Oriente Médio se tornaram árabes e brancos no Brasil, de acordo com o que Oracy Nogueira chamou de preconceito de marca ou cor. Nogueira (2007 [1954]) faz algumas observações sobre os imigrantes e descendentes médio-orientais que, por sua parte, escreveram sobre Itapetininga, a cidade onde o autor fez sua pesquisa mais notável. Em particular, Hehil Abuázar, um descendente de libaneses, publicou *Um adeus em cada esquina: recordações de gente nossa* (1974). Ambientado na época em que Nogueira estudou o preconceito de marca em meados do século XX, o livro de memórias de Abuázar mostra como as origens etnizadas como árabe, libanesa, síria ou turca vieram a complementar, em vez de comprometer, a racialização branca. Beneficiando-se do preconceito de marca os médio-orientais em Itapetininga ganharam influência tanto no governo quanto no mercado, pois a sua racialização branca culminou em casamentos não com afro-brasileiros, mas sim com luso-brasileiros ou outros imigrantes. No Brasil de Oracy Nogueira, a arabicidade e a brancura se confluíram através de casamentos mistos, racismo antinegro e um mítico igualitarismo racial.

Palavras-chave: Oracy Nogueira; “Preconceito de marca”; Etnicidade e raça; Itapetininga; Oriente Médio.

BECOMING ARAB AND WHITE IN ORACY NOGUEIRA’S BRAZIL

Abstract: This essay explores how Middle Eastern immigrants became Arab and white in Brazil, according to what Oracy Nogueira has called prejudice of mark or color. Nogueira makes some observations about Middle Eastern immigrants and descendants who, for their part, wrote about Itapetininga, the city where Nogueira did his most notable research. In particular, Hehil Abuázar, a descendant of Lebanese, published *Um adeus em cada esquina: recordações de gente nossa* (1974). Set at the time when Nogueira studied color or mark prejudice in the mid-twentieth century, Abuázar’s memoir shows how ethnicized origins like Arab, Lebanese, Syrian, or Turkish came to complement, rather than compromise, white racialization. Benefiting from the prejudice of mark, Middle Easterners in Itapetininga gained influence in both government and the marketplace, as their white racialization culminated in marriages not with Afro-Brazilians but with Portuguese-Brazilians or other immigrants. In Oracy Nogueira’s Brazil, Arabness and whiteness converged through mixed marriages, anti-black racism, and a mythical racial egalitarianism.

Keywords: Oracy Nogueira; “Color prejudice”; Ethnicity and race; Itapetininga; Middle East.

¹ Antropólogo por formação, é professor titular no Departamento de Espanhol e Português na Universidade de Illinois, Urbana-Champaign, onde também atua como diretor do Centro Lemann de Estudos Brasileiros. Seus bisavós maternos partiram de Jounieh e Sarba no final do século XIX e se estabeleceram em Porto Velho, onde nasceu sua avó materna que inspirou suas pesquisas acadêmicas, como *Um outro arabesco* e mais recentemente, *Manifold Destiny*. E-mail: karam@illinois.edu. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7897-6981>.

Torna-se árabe e branco, pois não se nasce com a diferença étnica e racial. No Brasil esse processo se desenvolve através do preconceito de marca ou cor, conforme proposto por Oracy Nogueira. Embora não sejam o foco de seu trabalho, os imigrantes do Oriente Médio – assim como seus pares da Ásia e da Europa – se beneficiaram de um sistema que institucionalizou esse preconceito de marca. A cidade de Itapetininga onde o autor fez sua pesquisa mais notável atraiu imigrantes médio-orientais desde o final do século XIX. Aparecem em algumas observações do grande intérprete do Brasil. Ao mesmo tempo, esses imigrantes e seus descendentes em Itapetininga desempenharam papéis de maior destaque, como comerciantes, vereadores e até escritores. Em particular, Hehil Abuázar, um descendente de libaneses, compôs *Um adeus em cada esquina: recordações de gente nossa* (1974). Ambientado na época em que Nogueira estudou o preconceito de marca em meados do século XX, o livro de memórias de Abuázar mostra que a formação étnica como árabe, libanesa, síria ou turca veio a complementar, em vez de comprometer, a identificação branca. Beneficiando-se do preconceito de marca”, os médio-orientais em Itapetininga ganharam influência tanto no governo quanto no mercado, pois a sua racialização culminou em casamentos não com afro-brasileiros, mas sim com luso-brasileiros ou outros imigrantes. No Brasil de Oracy Nogueira, a arabidade e a brancura se confluíram através de casamentos mistos, racismo antinegro e um mítico igualitarismo racial.

Ao seguir o trabalho de Maria Laura Viveiros de Castro Cavalcanti, meu ensaio visa repensar Oracy Nogueira como um estudioso de relações étnicas e raciais. O autor mostrou que os imigrantes alemães, italianos, japoneses, libaneses e sírios igualaram, se não suplantaram, os luso-brasileiros em mobilidade social e em meio da marginalização contínua da gente de cor. Em negócios e ócios, bem como em questões familiares, os imigrantes médio-orientais participaram da formação étnica “na direção da branquitude” da “rejeição da negritude”, parafraseando Mitchell (2017, p. 122). O autor anotou o que hoje chamaríamos de diferença étnica em relação à política de cor que valorizava a brancura e menosprezava a negrura (Inkpin, 2019). Nogueira não teorizou como imigrantes se tornaram brancos, pois seu foco era as relações raciais e não a “formação racial” (Omi e Winant, 1994). No entanto, as notas empíricas do autor sobre os libaneses, sírios e outros imigrantes revelam um tipo de privilégio racial que Sovik caracterizou como a “invisibilidade dos brasileiros brancos” (2017, p. 13). No Brasil de Oracy Nogueira, os médio-orientais ganharam tanto reconhecimento étnico quanto privilégio racial. Rer ler o trabalho de Oracy Nogueira levanta a questão de como a identificação étnica dificulta, em vez de reparar, um acerto de contas com as desigualdades racializadas.

Consequentemente, o objetivo deste ensaio é entender a formação da diferença médio-oriental na ideologia racial “ostensivamente miscigenacionista e igualitária” do Brasil, como escreveu Nogueira (1998, p. 196). Esse grande intérprete do Brasil faz referências passageiras a imigrantes sírios e libaneses de forma semelhante à que escreve sobre imigrantes italianos ou alemães e, em menor grau, imigrantes japoneses. Sua suposição parecia ser que as origens dos migrantes internacionais importavam menos do que sua aparente falta de cor e de características físicas usadas para aviltar os afro-brasileiros. Em *Pesquisa social: introdução às suas técnicas* (1969), Nogueira escreveu: “se alguém usa o termo turco em referência aos nascidos na Turquia, Síria, Líbano, etc., é porque eles confundem essas diferentes nacionalidades” (Nogueira, 1968, p. 61). Ele não precisava acrescentar que o equívoco decorreu do fato de que os

chamados turcos deixaram terras que faziam parte do império otomano que se tornaram colônias anglo-francesas e, mais tarde, e transformaram no que hoje conhecemos como Líbano, Palestina e Síria. Independentemente disso, na abordagem de Nogueira, ser chamado de turco indicaria a suposta ancestralidade ou origem de alguém, um fato social com menos importância do que a aparente falta de marcas difamadas pela sociedade em geral. O ponto importante é que os imigrantes médio-orientais se tornaram árabes e brancos, categorias maleáveis de diferença por meio da etnicização e racialização. Ao mesmo tempo, os médio-orientais eram avessos à mistura e misturavam com luso-brasileiros ou euro-brasileiros, e não afro-brasileiros, em uma matriz desigual de diferenças raciais e étnicas no Brasil de Oracy Nogueira.

O ainda jovem pesquisador notou a diferença médio-oriental em seu texto clássico de 1954, "Preconceito racial de marca e preconceito racial de origem: sugestões de um quadro de referência para a interpretação do material sobre relações raciais no Brasil" no XXXI Congresso Internacional de Americanistas. O autor cita "um descendente de sírios" que, "gracejando", comentou: "O problema do italiano, no Brasil, é o da *desmacarronização*, assim como o do sírio é o da *desquibização* e, o do alemão, o da *desbifização*. O do preto é o do branqueamento" (grifos do autor, 2007, p. 298-9). Feito por um descendente sírio, este enquadramento improvisado da diferença étnica e racial equiparou a atenuação cultural de imigrantes à expectativa de branqueamento imposta aos afro-brasileiros. O autor usou esta observação para sugerir que "onde o preconceito é de marca, o dogma da cultura prevalece sobre o da raça" (Nogueira, 2007, p. 298). O intérprete do Brasil aponta para a construção desigual da diferença étnica e racial, já que migrantes internacionais da Ásia, da Europa ou do Oriente Médio não pagam um preço tão alto quanto os afro-brasileiros.

Hehil Abuázar participou dessa construção cultural étnica e médio-oriental. No seu livro de memórias, apresentou-se como filho de naturais de Marjeyoun que "não eram imigrantes," pois "vieram com um bom capital para investir [...]" (Abuázar, 1974, p. 40). Seus pais, Eliazar Abuázar e Moza Farak Buchain Abuázar, o mandaram para o "Colégio Oriental" em São Paulo, onde era "aluno interno [...]" obrigado a estudar profundamente o árabe" (Abuázar, 1974, p. 101). Recordava que depois de passar "meses seguidos de estudos" na capital, regressava para Itapetininga e uma "das primeiras coisas que eu ia fazer era visitar o (Jorge) Ozi," pai do eventual prefeito de Itapetininga, José Ozi (1960-1963). Hehil Abuázar conta que "gostava de falar em árabe com esse que era o tipo acabado de um ancião [...]" que era muito amigo de meu pai" (Abuázar, 1974, p. 101). O "nome árabe" da família, explicou Abuázar, foi "Hruzi" e foi "adaptado à nossa língua" portuguesa para "Ozi [...]" que se parece a italiano" (Abuázar, 1974, p. 18). Tanto na língua quanto no sobrenome, a diferença árabe era cultural e podia adaptar-se à sociedade brasileira.

Nogueira vê as relações étnicas e raciais através do legado colonial luso-brasileiro. No parágrafo final do mesmo artigo, o autor especifica que "a ideologia brasileira de relações interracialis ou interétnicas" é "assimilacionista" e "miscigenacionista" (2007 [1954], p. 297). Ele explica: "Em geral, espera-se que o indivíduo de outra origem, que não a luso-brasileira, abandone, progressivamente, sua herança cultural, em proveito da 'cultura nacional'" (2007 [1954], p. 298). Essa expectativa dominante, ele conclui, é evidente "[...] tanto em relação aos elementos de procedência africana e indígena como em relação aos imigrantes estrangeiros e sua descendência" (2007 [1954], p. 298). Para o autor, "africanos e indígenas", bem como "imigrantes

estrangeiros e seus descendentes”, passaram por um processo de dominação cultural “luso-brasileira” (2007 [1954], p. 298). Embora o processo de desenraizamento seja distinto para brasileiros de cor e imigrantes estrangeiros, para usar novamente a terminologia do pesquisador, o parâmetro para assimilá-los é o mesmo: luso-brasilidade.

Depois de se formar do Colégio Oriental, Abuázar foi cursar direito na Universidade Mackenzie, também em São Paulo. Já com título de doutor, ele regressou a Itapetininga onde ganhou fama por ser um “professor, gramático, filósofo, de uma notável cultura jurídica e geral”². Mesmo com esse capital simbólico no interior de São Paulo, no seu livro de memórias, Abuázar mostrou algum remorso pelo nome explicitamente árabe: “Não podia também ter um nome brasileiro? Como não seria maravilhoso agora se me chamassem, por exemplo, de nhô Juca!” (Abuázar, 1974, p. 127), pois o seu nome, Helil, parece uma tentativa de transliterar Khalil. Ele notou que outros conterrâneos chegaram a mudar de nome por completo. “Quem diria”, declarou ele, “que os irmãos Almeida [...] são descendentes de árabes?”. Abuázar lembrou que o “pai chama-se Seme e seu irmão, Jamil”, explicando que “por ser de pronúncia difícil, substituiu o próprio nome por Almeida” (Abuázar, 1974, p. 127). Seja de forma gradual ou abrupta, parecia inexorável o caminho para a brasilidade.

Os imigrantes experimentaram um maior grau de mobilidade social do que os afro-brasileiros, cuja ascensão limitada Nogueira via como dependente do branqueamento por meio de casamentos mistos com luso-brasileiros ou outros estrangeiros. Esses determinantes étnicos e raciais de classe são uma das implicações de *Preconceito de marca: as relações raciais em Itapetininga*, livro publicado em 1955, um ano após seu artigo acima mencionado (Nogueira, 1998). Tanto o livro quanto o artigo foram baseados em pesquisa que ele liderou no município de Itapetininga, entre 1951 e 1952, apoiada pela UNESCO. O autor comparou a trajetória de estrangeiros e seus descendentes com pessoas de cor na sociedade local, na linguagem dele. Os “descendentes de estrangeiros” em Itapetininga somavam entre 20 e 25 por cento da população municipal na época de seu estudo (Nogueira, 1998, p. 170). “Alguns elementos italianos, sírios (ou libaneses) e estrangeiros de outras origens”, supôs o autor, “já se encontram entre os mais abastados habitantes do município” (Nogueira 1998, p. 174). O autor continuou que descendentes de imigrantes começaram a ocupar cargos de colarinho branco. Na versão curta do estudo da UNESCO acima mencionado, o intelectual observou “[...] a presença e importância da colônia sírio-libanesa na cidade (de Itapetininga) desde o começo do século [...]” (Nogueira, 1962, p. 399). Reconhecendo que “a cor branca facilita a ascensão social, não a garante por si mesma” (Nogueira, 1998, p. 167), o intérprete explicou que qualquer estrangeiro acumulava capital cultural e material que o levava a ser “aceito na medida em que oferece perspectivas de deixar de ser estrangeiro”. Enquanto isso, “gente de cor” se sujeitou ao que o pesquisador chamou de preterição, uma “prática de inclusão que exclui” (Stutzman, 1981, p. 59). Nogueira localizou essa preterição em uma hierarquia racial baseada em um preconceito de marca, no Brasil, diferente do que ele chamou de exclusão incondicional que ocorreu através do preconceito de origem nos Estados Unidos.

Abuázar se via não apenas como árabe ou libanês, mas também se racializou como branco, se não quase europeu, como o próprio Nogueira caracterizou os imigrantes

² Alberto Isaac, “O enigmático homem que passa”, *Correio de Itapetininga*, 15 outubro de 2021, <https://correiodeitapetininga.com.br/coluna/o-enigmatico-homem-que-passa/>.

médio-orientais. Abuázar refletiu que “o fator racial manifesta-se por várias gerações,” explicando que “eu mesmo sou bisneto de uma inglesa, de sobrenome Woodsworth, casada com o filho mais novo de Geris Abuázar, meu trisavô, e que se chamava M’Hanna. Casou-se ao tempo em que estudava na Inglaterra, fazendo o curso de Direito”. Continuou que os parentes no Brasil notavam “a semelhança entre mim e a minha bisavó inglesa,” pois, “de fato, eu era também loiro, como meu pai [...]” Ele concluiu que “numa mesma família sempre uns são mais para este ou aquele lado [...]” (Abuázar, 1974, p. 149). A sua identificação com o lado mais alvo da família tinha a ver com o legado colonial anglo-francês no Mashriq (atual Líbano, Palestina e Síria) e a ideologia racial brasileira que marginalizava a gente de cor.

Os médio-orientais e outros imigrantes não apenas se beneficiaram e perpetuaram o preconceito de cor, mas também se apegaram aos “ideais”, ou mitos, do “igualitarismo racial” (Nogueira, 1998, p. 200-201). Nogueira escreveu que “a ideologia brasileira de relações raciais como integrada, de um lado, pelo preconceito e, de outro, pelos ideais de igualitarismo racial [...]” (Nogueira, 1998, p. 200-201). Na versão integral do estudo da UNESCO acima mencionado, Nogueira incluiu uma nota sobre um “comerciante sírio que tem muitos fregueses e amigos entre a população de cor” (Nogueira, 1998, p. 209). Esse sírio em particular, dono de um bar em Itapetininga, confessou que deixou de falar com um determinado cliente que não havia pagado integralmente a conta do bar. Mas o sírio enfatizou a sua disposição afável para com todos, concluindo com um epíteto racial: “‘Não deixo de cumprimentar nem [...] nem um negro ferimento que passe aí pela rua”. Essa alegação simultânea de cordialidade e de racismo demonstra o cotidiano da preterição nesse preconceito de marca. Os médio-orientais e outros imigrantes praticavam um “igualitarismo racial” que subordinava a negrura e elevava a brancura (Inkpin, 2019).

Ambos, Nogueira e Abuázar, escreveram sobre a cidade de Itapetininga nos anos 50, mas o tema das relações raciais do sociólogo se ausenta quase por completo do livro do memorialista. Abuázar destaca as procedências de muitos imigrantes, mas faz apenas uma única referência à presença afro-brasileira. Ao recordar da época em que “usava-se ainda o cavalo, o burro, [e] a mula para pequenas idas e vindas” em solo itapetiningano, Abuázar apontou para o “Patrício, um velho preto, muito bonzinho” que “de vez em quando aparecia” com “a carroça” que transportava “mercadorias que chegavam à estação sorocabana” (Abuázar, 1974, p. 58). Teorizada por Nogueira, a chamada preterição se vê na única referência que Abuázar faz a um afro-brasileiro em uma passagem escrita sobre os meios de transporte tradicionais numa cidade interiorana paulista. Enquanto a presença negra faz parte da paisagem, as origens alemãs, árabes, italianas e nipônicas surgiam como as principais influências entre muitos itapetininganos.

Estudando o preconceito de marca em meio a um suposto igualitarismo racial idealizado, Nogueira fez uma abordagem biográfica em seu último livro, *Negro Político, Político Negro - A Vida do Doutor Alfredo Casemiro da Rocha, Parlamentar da República Velha* (1992). Aqui, os médio-orientais fizeram aparições especiais nos últimos anos da vida de Alfredo Casemiro da Rocha, senador negro da primeira república brasileira. Esse “baiano de cor” migrou para a cidade de Cunha, no estado de São Paulo, onde sua proeminência política cresceu e diminuiu com o que ficou chamado de Velha República (1889-1930). O autor contou que, após a Revolução de 1930 que encerrou sua carreira política, Alfredo Casemiro da Rocha passou a “estreitar o relacionamento” com a velha guarda política em Cunha, “até mesmo com os ‘turcos’, na verdade, libaneses, como o

Jorge Carone, o Miguel Elias, o José Elias Abdala, o Alfredo Otachi, que passaram a comparsas assíduos do jogo de baralho” (Nogueira, 1992, p. 220). Alfredo Otachi, para o autor, era “o primo de Jorge Carone que viera ainda menino do Líbano” (Nogueira, 1992, p. 226), dono de uma casa de dois andares que alugou ao Clube Recreativo de Cunha, onde os chamados turcos jogavam cartas com o senador negro. O pesquisador qualificou que “em Cunha, os estrangeiros eram tão poucos que, em geral, eram conhecidos pelos respectivos adjetivos gentílicos – seu Chico Espanhol, seu Júlio Italiano, seu Manoel Português, seu Miguel Turco [...]” (Nogueira, 1985, p. 56). Com privilégio racial e distinção étnica, os turcos marcam a marginalização política de um estadista negro num *establishment* branco. Os médio-orientais eram não só brancos, mas também turcos.

Abuázar destacou as conquistas políticas de seus patrícios, em particular, José Ozi (Abuázar, 1974, p. 127). Ozi iniciou sua carreira política na Câmara Municipal de Itapetininga, elegendo-se prefeito (de 1960 a 1963), e ocupando a Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo (de 1971 a 1975). O escritor também menciona seu irmão, Paulo Ozi, que se elegeu, e se reelegeu, vereador em Itapetininga nas décadas de 1950, 1960 e 1970, e chegou a exercer o cargo de procurador do Estado (Abuázar, 1974, p. 127). Abuázar até citou o engenheiro Walter Toufik Cury (sic), que ocupou o cargo de prefeito de Itapetininga de 1969 a 1973 (Abuázar, 1974, p. 153). Abuázar evitou detalhes sobre os mandatos deles, mas anteriormente fez uma observação do *status quo* político depois da Revolução de 1930, escrevendo que os governantes dessa época herdaram “a política do compadresco, do coronelismo, do parentesco, do mercantilismo, do tráfico, enfim, de influências e das famosas trocas de favores [...]” (Abuázar, 1974, p. 111). Rotulados árabes, brancos ou turcos, os médio-orientais de Itapetininga já faziam parte do *establishment* político brasileiro.

Nogueira percebeu assimetrias étnico-raciais no que chamou de cruzamento. O termo podia referir-se à hibridização de espécies diferentes, sinônimo de mestiçagem, miscigenação ou mistura. Kabengele Munanga empregou o termo “cruzamento” tanto quanto “miscigenação” em *Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: Identidade nacional versus identidade negra* (1999), publicado cerca de quatro décadas depois de “Preconceito de marca” de Oracy Nogueira. Reconhecendo Nogueira como fundamental para decifrar o racismo no Brasil, Munanga concebeu a “mestiçagem” como “a generalidade de todos os casos de cruzamentos”, com dimensões sociais, políticas e econômicas. Com uma abordagem abrangente parecida, em *O desenvolvimento de São Paulo: imigração estrangeira e nacional e índices demográficos* (1964), Nogueira observou as preferências do governo brasileiro do século XIX por imigrantes europeus cuja aparente superioridade fosse ameaçada ou comprometida pelo “cruzamento com outras raças”, especificamente “a asiática, árabe ou africana” (1964, p. 10). No entanto, como o preconceito de cor não marcava nem asiáticos e nem árabes, mas sim africanos e afrodescendentes, Nogueira apontou como os médio-orientais se assemelhavam aos europeus no Brasil.

O intérprete do Brasil argumentou que a ascensão sócioeconômica dos imigrantes, sejam da Europa ou do Oriente Médio, aconteceria se casassem ou não com os descendentes de antigos colonizadores portugueses. Em seu estudo em Itapetininga, o pesquisador escreveu que

enquanto a ascensão de descendentes de imigrantes tanto se pode dar com o cruzamento como sem o cruzamento com descendentes de antigos colonizadores portugueses, [...] a ascensão de elementos de cor ou pressupõe ou

se faz acompanhar do cruzamento com elementos brancos, seja qual for a origem destes” (Nogueira, 1998, p. 283).

Neste tipo de “cruzamento”, os afro-brasileiros ingressariam na classe média ao se casarem com luso-brasileiros ou outros imigrantes europeus. Enquanto isso, os imigrantes e descendentes médio-orientais acumulariam capital cultural e material com ou sem o casamento com luso-brasileiros. O autor apontou para o caminho mais amplo da mobilidade de classe para os imigrantes, por um lado, e por outro, uma entrada mais estreita para os afro-brasileiros. Como sinônimo das palavras-chave nacionalistas de mestiçagem e miscigenação, na época, o termo preferido do estudioso, cruzamento, revela uma encruzilhada de classe, etnicidade e raça.

Autoidentificado como árabe, Abuázar fez referências sutis, mas inconfundíveis a respeito da classe “aristocrática” (sic) da sua família. Como já mencionado, ele salientou que seus pais migraram e “trouxeram consigo muito dinheiro [...]” pois, “a Fazenda que adquiriram [...] tornou-se logo a maior de toda a região: possuía perto de oito mil alqueires [...]” (Abuázar, 1974, p. 40). Sem dar mais detalhes desse latifúndio, Abuázar contou que havia ouro enterrado debaixo da casa do seu avô Chahin em Marjeyoun, de acordo com “um deputado libanês, o advogado Nassar Gholmie, muito amigo de minha família que visitou Itapetininga lá por volta de 1960” (Abuázar, 1974, p. 51). Além dessa riqueza material, o Hehil lembrou que “meu trisavô, Geris Abuázar, de Amiun, Líbano, era um bom escritor, intelectual respeitado, e dele devo ter herdado a resignação para com os valores materiais, embora ele fosse rico” (Abuázar, 1974, p. 52). Endinheirado e sem precisar do matrimônio de uma descendente de “antigos colonizadores portugueses”, Abuázar acabou se casando com a filha de imigrantes alemães, Glória. “Meu sogro”, escreve Abuázar, era “o cel. Victor Felipe Rauen” que falava alemão com seus conterrâneos em Itapetininga, depois de ter se mudado de Santa Catarina onde cumpriu “a espinhosa missão de colonizar [a] vasta região” (Abuázar, 1974, p. 175-176). A “branquitude” se esconde nessas palavras que “aparentemente não falam de identidades raciais [...]” (Sovik, 2009, p. 40).

Esse privilégio étnico e racial, relativamente aos afro-brasileiros, ainda era suspeito e subordinado ao imaginário lusocêntrico. Em seu trabalho de 1954, Nogueira escreveu: “Assim, no Brasil, frequentemente, se ouve alegar, como agravante, em relação aos japoneses, sírios e outros grupos de imigrantes, que eles ‘não se casam com brasileiros’ e procuram preservar seu próprio patrimônio cultural – língua, religião, costumes” (2007, p. 298). Essas idéias sobre asiáticos e médio-orientais mascararam a própria tendência endogâmica dos luso-brasileiros de se casarem apenas com brancos, evitando núpcias com não-europeus e afro-brasileiros, como mostraram Edward Telles e Albert Esteve (2019). Na verdade, o próprio estudo do pesquisador em Itapetininga descobriu que “os brasileiros das classes média e dominante” mostraram uma “resistência acentuada” com relação ao “intercasamento” (Nogueira, 1998, p. 174). Como a endogamia lusocêntrica tendia a fechar os canais institucionais para a ascensão dos imigrantes ao longo do início do século XX, o intérprete do Brasil observou que “[...] não consegu(iam) os descendentes de estrangeiros [...] participar(em) da liderança política, e ‘os primeiros descendentes de italianos e de sírios (ou libaneses) mal consegu(iam) ingressar como sócios rasos [...] no clube recreativo da elite’” (Nogueira, 1998, p. 174-175). Historicamente subordinados à velha guarda e evitando alinhamentos com os afro-brasileiros, os imigrantes forjaram outros caminhos de mobilidade social.

Caminhos mais amplos de mobilidade socioeconômica levaram os imigrantes médio-orientais a igualar ou suplantam os luso-brasileiros em meio a hierarquias étnico-raciais em mudança. Em Itapetininga, em meados do século XX, Nogueira fez referências passageiras aos nomes árabes na lista de membros do clube social que incluía a maioria dos luso-brasileiros ao lado de um número crescente de estrangeiros. O pesquisador também mencionou um “brasileiro naturalizado [...] de origem síria” que serviu como benfeitor da Santa Casa de Misericórdia local, um cargo de distinção (Nogueira, 1998, p. 183). Começando a entrar em espaços luso-brasileiros historicamente exclusivos, os imigrantes médio-orientais poderiam substituir os portugueses como companheiros desejáveis em um modelo brasileiro de mistura ou miscigenação que se inclinava para a brancura. No acima mencionado livro sobre o senador afro-brasileiro Alfredo Casemiro da Rocha em Cunha, os chamados “turcos” ajudaram no processo de embranquecimento. O intérprete do Brasil descobriu que “todos os bisnetos de Alfredo [...] menos um, e todos os trinets, são brancos”, incluindo uma das netas de Alfredo que “se casou com um comerciante, filho de libaneses” (Nogueira, 1992, p. 208).

Os imigrantes médio-orientais participavam não apenas do embranquecimento da sociedade brasileira, mas também do “processo de um racismo mascarado”, subtítulo do livro, *O genocídio do negro brasileiro*, do Abdias do Nascimento (1978). Em *Gramática e leitura*, o escritor itapetiningano de descendência árabe aborda brevemente “um certo princípio de discriminação racial, que no Brasil ainda impera” (Abuázar 1972, p. 67). Em vez de denunciar as desigualdades raciais da sociedade brasileira, o autor criticou a distinção entre “brasileiros naturalizados e brasileiros natos” (Abuázar, 1972, p. 67-68). Reproduzindo seu texto originalmente publicado num jornal de Itapetininga em 1958, o autor reprovou um clube social que impôs limites ao número de brasileiros naturalizados para manter uma maioria de brasileiros natos, aparentemente brancos. O escritor revela uma outra face da entrada crescente de estrangeiros no clube social de Itapetininga, já notada por Nogueira na mesma época. No entanto, esse filho de imigrantes libaneses concluiu, “É como se estivéssemos diante de verdadeira discriminação racial” (Abuázar, 1972, p. 68). Num livro sobre a linguagem e a sociedade, Abuázar empregou o pretérito imperfeito do subjuntivo para sublinhar a discriminação racial contra brasileiros naturalizados, principalmente imigrantes, e deste modo, mascarar o racismo anti-negro.

Em meio a convergências e contradições de cruzamentos, o intérprete do Brasil registrou um desfecho de casamentos “entre elementos das famílias mais tradicionais luso-brasileiras e descendentes de sírios ou libaneses” (Nogueira, 1998, p. 184). Este desenvolvimento relativamente novo em Itapetininga nos meados do século XX, para o pesquisador, desmentia a histórica relutância luso-brasileira em casar-se com descendentes de sírios e libaneses. Também havia as perspectivas luso-brasileiras sobre a “diferença de costumes e o exclusivismo (solidariedade étnica e endogamia)” de “sírios e libaneses”, embora o autor tenha observado que “a oposição ao intercasamento parece ser recíproca” (Nogueira, 1998, p. 184). No geral, entre famílias imigrantes, incluindo portugueses e sírios, as mulheres exerciam menos poder na escolha de cônjuges. Mas o autor qualifica que “a oposição não é muito radical, ou pelo menos não é levada muito em conta por elementos da nova geração, tanto de um como do outro grupo” (Nogueira, 1998, p. 184). Essa mudança geracional ocorreu quando filhos e netos de imigrantes, por um lado, e antigos colonizadores, por outro, começaram a se ver em espaços idênticos, incluindo clubes, escolas e outros lugares mencionados anteriormente.

Em Itapetininga, o pesquisador relata “um caso bastante típico” entre “um rapaz brasileiro, de classe média, de família luso-brasileira” e “uma moça de família síria” (Nogueira, 1998, p. 184). O jovem luso-brasileiro de classe média “comunicou ao pai sua intenção de se casar” com a jovem síria (Nogueira, 1998, p. 184). No entanto, o pai português expressou sua oposição ao casamento com a síria e nem compareceu à cerimônia de casamento. Ao mesmo tempo, a família síria da noiva “demonstrou grande satisfação com o enlace”, até mesmo organizando uma festa de noivado que contou com a presença não apenas de “brasileiros”, mas também “de duas a três centenas de ‘patrícios’ e descendentes” (Nogueira, 1998, p. 184). O pai português que havia rejeitado sua futura nora de origem síria acabou cedendo. Ele visitou o jovem casal após o nascimento do primogênito, seu neto. Segundo o estudioso, “o pai do rapaz não ocultou seu encantamento com a nora, descrevendo-a como ‘excelente dona de casa, pessoa de fina educação e elevado sentimento, carinhosa e dedicada ao marido e ao lar, bem como aos parentes’” (Nogueira, 1998, p. 184). Foi uma reviravolta que não deixou nenhum traço de ressentimento, revelando o que o autor chamou de “maleabilidade do preconceito que o havia movido” (Nogueira, 1998, p. 184). Sendo árabes e brancos, os imigrantes do Oriente Médio poderiam ser aceitos, apesar da sua diferença étnica, com uma respeitabilidade racializada.

Interessante notar o gênero desse caso, uma jovem mulher de uma família síria se casando com um jovem de uma família luso-brasileira. Na época em que Oracy Nogueira realizou seu estudo em Itapetininga, as famílias imigrantes mostravam uma dinâmica patriarcal marcante nas práticas de casamento. Sejam famílias imigrantes da Ásia, da Europa ou do Oriente Médio, as mulheres exibiam maiores taxas de endogamia, ou casamento dentro do dado grupo imigrante, voluntariamente ou não. Ao mesmo tempo, os homens imigrantes, como filhos e irmãos, mostravam maiores porcentagens de exogamia ou casamento fora do grupo, com a maioria dos imigrantes europeus ou luso-brasileiros. Esse caso empírico de Nogueira aponta para a interseccionalidade de gênero e raça. Os homens árabes poderiam tomar o lugar dos portugueses ou brancos na objetificação sexual e no desejo por mulheres não-brancas, como pode ser visto nas maneiras como os homens árabes celebram sua representação nos romances de Jorge Amado (Hassan, 2024). Ao mesmo tempo, as mulheres árabes poderiam ter assumido o papel da outra, exotificada, para os homens portugueses ou brancos. Não uma linha principal de análise neste ensaio, o gênero é essencial para entender a brancura.

Meu objetivo específico neste artigo era repensar o Oracy Nogueira como um interlocutor da diferença étnica e racial de imigrantes. Nogueira não diminuiu a importância de onde os imigrantes vieram do exterior, mas sim entendeu as origens percebidas e reais dos imigrantes como isentas das marcas ostensivas rejeitadas pela sociedade brasileira em geral. Essa nuance é quase totalmente explicitada na ideia do preconceito de marca, citada aqui na íntegra:

Considera-se como preconceito racial uma disposição (ou atitude) desfavorável, culturalmente condicionada, em relação aos membros de uma população, aos quais se têm como estigmatizados, seja devido à aparência, seja devido a toda ou parte da ascendência étnica que se lhes atribui ou reconhece. Quando o preconceito de raça se exerce em relação à aparência, isto é, quando toma por pretexto para as suas manifestações os traços físicos do indivíduo, a fisionomia, os gestos, o sotaque, diz-se que é de marca; quando basta a suposição de que o

indivíduo descende de certo grupo étnico para que sofra as consequências do preconceito, diz-se que é de origem.

O trabalho de Nogueira revelou a constituição mútua de formações étnicas e raciais na construção da brancura árabe. Nogueira estava bem ciente dos debates da elite brasileira sobre a imigração de não europeus e a xenofobia, xenofilia e ambiguidades inacabadas que os cercavam. Ao mesmo tempo, Nogueira revelou que os com origens imigrantes talvez indesejáveis experimentaram uma mobilidade de classe ascendente negada aos afro-brasileiros. Igualmente impressionante, esses imigrantes não europeus passaram a reproduzir uma retórica sobre igualitarismo racial que ocultava tais assimetrias étnicas e raciais. Minha releitura de Oracy Nogueira levantou, mas não respondeu completamente, a questão de como a identificação étnica tende a ocultar mais do que revelar um acerto de contas com a hierarquia racial. Como Peter Wade apontou, a etnicidade é frequentemente articulada por meio de “uma linguagem de lugar (em vez de riqueza, sexo ou fenótipo herdado)”, então “a ‘questão étnica’ por excelência” é “de onde você é?” (Wade, 1997, p. 16-7). Ao mesmo tempo, Wade definiu raça como uma ideia sobre variação fenotípica cujos aspectos “foram trabalhados em significados vitais de diferença durante os encontros coloniais europeus com outros” de modo que “qualquer estudo de raça”, e para o caso em questão, etnicidade e raça, “deve reconhecer as histórias particulares pelas quais essas identificações passam a ter a força que têm” (Wade, 1997, p. 14). Embora a identificação étnica possa tanto esconder quanto expor a formação racializada, descobri que falar “de onde alguém é” em termos étnicos, dificilmente leva a um reconhecimento sobre assimetrias raciais. Em outras pesquisas que realizei (Karam, 2009, Karam 2020, Karam 2021) os brasileiros com origens libanesa, palestina e síria falavam livremente sobre sua descendência, de seus pais, avós e bisavós, e quase sempre minimizavam as desigualdades raciais no Brasil. Ou seja, a identificação étnica tendia a distanciar um acerto de contas crítico com a raça no Brasil, o que pode ser o motivo pelo qual Oracy Nogueira via semelhanças racializantes entre imigrantes da Ásia, da Europa e do Oriente Médio com relação aos luso-brasileiros e afro-brasileiros. Sejam japoneses, italianos ou turcos, os imigrantes se identificavam etnicamente e eram identificados por outros, por meio do privilégio racializado da brancura em Itapetininga, São Paulo e em outros lugares do Brasil de Oracy Nogueira.

Referências bibliográficas

- Abuázar, H. (1972). *Gramática e leitura*. Itapetininga: s.n.
- Abuázar, H. (1974). *Um adeus em cada esquina: Recordações de gente nossa*. São Paulo: Editora Cupolo.
- Abuázar, H. (1976). *Num distante país: Lembranças de longe para uma tarde de outono*. São Paulo: s.n.
- Abuázar, H. (1976). *A última lição*. São Paulo: Imprensa Metodista.
- Agamben, G. (2000). *Means without ends: Notes on politics* (V. Binetti & C. Casarino, Trans.). Minnesota: University of Minnesota Press.
- Benjamin, W. (1996a). O narrador. In P. S. Rouanet (Trad.), *Magia e técnica, arte e política: Obras escolhidas* (Vol. 1). São Paulo: Brasiliense.

- Benjamin, W. (1996b). Sobre o conceito de história. In P. S. Rouanet (Trad.), *Magia e técnica, arte e política: Obras escolhidas* (Vol. 1). São Paulo: Brasiliense.
- Benjamin, W. (2009). *The origin of German tragic drama* (J. Osborne, Trans.). London: Verso.
- Benjamin, W. (2020). *Walter Benjamin está morto* (G. Racy, Trad. e Org.). São Paulo: sobinfluencia edições.
- Hassan, W. (2024). *Arab Brazil: Fictions of ternary orientalism*. Oxford: Oxford University Press.
- Inkpin, S. C. (2019). *Negrura, brancura e mestiçagem no imaginário literário brasileiro*. Salvador: Editora da Universidade do Estado da Bahia.
- Karam, J. T. (2009). *Um outro arabesco: Etnicidade sírio-libanesa no Brasil neoliberal*. São Paulo: Martins Editora.
- Karam, J. T. (2020). Misturando massihiyin aos limites do Estado laico. *Revista Territórios e Fronteiras*, 13(2), 99–114.
- Karam, J. T. (2021). *Manifold destiny: Arabs at an American crossroads of exceptional rule*. Nashville: Vanderbilt University Press.
- Maio, M. C. (2008). O racismo no microscópio: Oracy Nogueira e o projeto UNESCO. *E.I.A.L.*, 19(1), 36–51.
- Mitchell, S. (2017). Whitening and racial ambiguity: Racialization and ethnoracial citizenship in contemporary Brazil. *African and Black Diaspora: An International Journal*, 10(2), 114–130.
- Munanga, K. (1999). *Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: Identidade nacional versus identidade negra*. Petrópolis: Editora Vozes.
- Najar, J. (2023). *Transimperial anxieties: The making and unmaking of Arab Ottomans in São Paulo, Brazil, 1850–1940*. Lincoln: University of Nebraska Press.
- Nascimento, A. (1978). *O genocídio do negro brasileiro: Processo de um racismo mascarado*. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra.
- Nogueira, O. (1955 [1954]). Preconceito racial de marca e preconceito racial de origem: Sugestões de um quadro de referência para a interpretação do material sobre relações raciais no Brasil. In *Anais do XXXI Congresso Internacional de Americanistas* (pp. 409–433). São Paulo: Editora Anhembi.
- Nogueira, O. (1962). *Família e comunidade: Um estudo sociológico de Itapetininga*. Rio de Janeiro: Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais, Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos, Ministério da Educação e Cultura.
- Nogueira, O. (1964). *O desenvolvimento de São Paulo: Imigração estrangeira e nacional e índices demográficos*. Comissão Interestadual da Bacia Paraná-Uruguaí.
- Nogueira, O. (1969). *Pesquisa social: Introdução às suas técnicas*. São Paulo: Companhia Editora Nacional.
- Nogueira, O. (1985). *Tanto preto, quanto branco: Estudos de relações raciais*. São Paulo: T. A. Queiroz.
- Nogueira, O. (1992). *Negro político, político negro: A vida do Doutor Alfredo Casemiro da Rocha, parlamentar da República Velha*. São Paulo: Edusp.

- Nogueira, O. (1998 [1955]). *Preconceito de marca: As relações raciais em Itapetininga*. M. L. V. C. Cavalcanti (Org.). São Paulo: Edusp.
- Nogueira, O. (2007 [1954]). Preconceito racial de marca e preconceito racial de origem: Sugestões de um quadro de referência para a interpretação do material sobre relações raciais no Brasil. *Tempo Social*, 19(1), 287–308.
- Omi, M., & Winant, H. (1994). *Racial formation in the United States: From the 1960s to the 1990s*. New York: Routledge.
- Sovik, L. (2009). *Aqui ninguém é branco*. Rio de Janeiro: Aeroplano.
- Stutzman, R. (1981). El mestizaje: An all-inclusive ideology of exclusion. In N. E. Whitten (Ed.), *Cultural transformations and ethnicity in modern Ecuador* (pp. xx–xx). Urbana: University of Illinois Press.
- Telles, E., & Esteve, A. (2019). Racial intermarriage in the Americas: Comparing Brazil, Cuba, and the U.S. *Sociological Science*, 6(12), 293–320.
- Viveiros de Castro Cavalcanti, M. L. (1996). Oracy Nogueira e a antropologia no Brasil: O estudo do estigma e do preconceito racial. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 11(31), 5–28.
- Viveiros de Castro Cavalcanti, M. L. (1999). Preconceito de marca: Etnografia e relações raciais. *Tempo Social*, 11(1), 97–110.
- Wade, P. (1997). *Race and ethnicity in Latin America*. London: Pluto Press.

DOI desta publicação: <https://doi.org/10.34024/y5pz8c12>.